

**OS ENGENHOS DO SERTÃO DO PERI NA ILHA
DE SANTA CATARINA**

João Paulo Serraglio
joaoserraglio@yahoo.com.br

César Floriano dos Santos

**DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CENTRO TECNOLÓGICO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Os Engenhos do Sertão do Peri na Ilha de Santa Catarina

Resumo

O artigo elabora o funcionamento dos engenhos a partir da bibliografia existente e de exemplares que ainda funcionam no Sertão do Peri, na Ilha de Santa Catarina, observando seu funcionamento, materiais empregados na construção e tipologia, abrindo uma interpretação da tecnologia do engenho dentro da história das máquinas e da organização do trabalho.

Palavras-chave: Engenho, História das máquinas, Arquitetura popular, Patrimônio Agroindustrial.

Os Engenhos do Sertão do Peri na Ilha de Santa Catarina

Introdução

"Na cidade, todos os edifícios, sem exclusão de nenhum, são representativos" (ARGAN, 1984:243).

Até 1950, a Ilha de Santa Catarina tinha feições eminentemente rurais (VEIGA, 2008). No entanto, é escassa a pesquisa voltada para as formas rurais de organização espacial, que deixou marcas profundas no parcelamento da cidade, que impôs-se a partir especialmente do "desenvolvimentismo" da época da ditadura militar. No campo do patrimônio, as arquiteturas militares e religiosas foram as primeiras a serem lembradas, e depois a arquitetura doméstica das construções do centro histórico e das freguesias fundadoras. No entanto, a área de arquitetura carece de estudos mais profundos sobre a construção vernacular rural, que dominou a paisagem por mais de dois séculos.

Há uma forte presença da lembrança dos engenhos na memória dos moradores mais antigos, que lembram desse passado como uma época de trabalho árduo, de privações, mas de fartura material. Parte importante da historiografia local apropria-se da memória do engenho na busca de um mito de origem em que se possa fundar a identidade cultural ilhéu. O passado serve então para justificar o presente, como lembrança nostálgica. É no sentido contrário que busca operar este trabalho.

Este trabalho busca se posicionar no terceiro tempo do patrimônio, onde todas as edificações são importantes, indo buscar nas chaves de interpretação novas leituras da história, utilizando como documentos/monumentos o patrimônio pobre que constituiu o primeiro modo de vida e produção que passou a modificar a paisagem a partir a invenção da América. Apresentamos aqui algumas reflexões elaboradas sobre esta paisagem cultural, a partir da análise de algumas edificações existentes no Sertão do Peri, comunidade rural que fica dentro de uma área de preservação ambiental no Sul da Ilha de Santa Catarina.



Ilustração 1: Sertão do Peri (fonte: autor).

Açorianos no Sertão do Peri

“A abundância de terras e a escassez da força de trabalho na colonização do Brasil determinaram a existência de dois possíveis modos de produção: escravismo dominante e pequena produção mercantil marginal” (CAMPOS, 1991:19). Os engenhos do Sertão do Peri inscrevem-se na segunda opção

A região do Sertão do Peri se situa no Sul da Ilha de Santa Catarina, dentro da Área de Preservação da Paisagem Cultural do Parque Municipal da Lagoa do Peri, na área de influência da Bacia Hidrográfica da Lagoa do Peri, nas terras altas circundadas pelo Morro da Chapada ao Norte, Morro do Peri ao Leste, Morro da Boa Vista em sua porção meridional e Morro da Tapera à Sudoeste. Foi nos vales desenhados nas intersecções desses morros, irrigados pelos rios e córregos que deságuam na Lagoa do Peri, que, ainda no século XVIII, se instalou o colonizador trazido dos Açores. Ali está implantado um parque municipal de preservação da paisagem cultural. No entanto a criação do Parque frustrou os moradores, pois, entre outras inibições, foi proibida a abertura de novas roças, ato que chocou-se-se contra o modo de agricultura extensiva, com rotação de roças, praticado pelos habitantes do local, de descendência açoriana.

Quando o homem dos Açores chegou aqui os olhos da metrópole voltavam-se para o Nordeste e Sudeste, sacudidos pela descoberta do ouro e o ciclo econômico do açúcar, que movimentavam grandes contingentes, de dinheiro, mercadorias e escravos. Deitar a floresta no braço com umas poucas ferramentas, cultivar a terra deficiente e diversa da terra do Açores natal e trabalhar para a subsistência e para o sustento de uma massa populacional composta por militares e funcionários públicos que não tinham ou não queriam ter afinidade com a terra, muitas vezes sem receber nada em troca, faziam parte da vida que seguia.

Aqui eles desenvolvem uma cultura baseada na pequena propriedade com mão-de-obra familiar. Adaptam a tecnologia dos engenhos trazida da Europa/África para o fabrico da farinha de mandioca e criam sua indústria artesanal do campo. Engenhos de açúcar, de farinha, alambiques, confecção de roupas em teares próprios, produção de móveis, louças de barro, ferramentas, utensílios caseiros, culturas permanentes como mandioca, feijão, milho e cana, além da coleta e pastoreio fazem parte das atividades.

A propriedade fundiária muito subdividida, a produção voltada para economia interna, o trabalho escravo raro, quase inexistente, a população etnicamente homogênea e a imigração estimulada de grupos familiares, além da ênfase na agricultura enquanto no Sul do país imperava o ciclo econômico da pecuária, representado espacialmente pelas estâncias do interior, fazem com que esta empreitada fuja “inteiramente às normas da colonização tropical, formando uma ilha neste

Brasil de grandes domínios escravocratas e seus derivados” (PRADO JÚNIOR, 1970:96).

Com a instalação da sociedade moderna e a contínua urbanização do litoral, essa sociedade quase desapareceu. Sobreviveu no Sertão do Peri uma fração, especialmente porque ali as terras foram congeladas em 1986, época da implantação do Parque Municipal da Lagoa do Peri.

Diferentemente do que ocorreu na maior parte da Colônia, mão-de-obra escrava e grandes latifúndios com produção direcionada ao mercado europeu, a opção do assentamento de casais açorianos em pequenas propriedades teria a função de efetivar a ocupação através da figura do colono-soldado que serviria tanto às necessidades das milícias quanto ao abastecimento das populações não-produtivas (milícias, corpo administrativo) (CAMPOS, 1991).

A farinhada era uma espécie de mutirão em que os vizinhos e parentes ajudavam, não aconteciam durante todo o ano. O engenho não era usado o ano todo como fábrica. A farinha era guardada para garantir alimento nos meses que não são adequados para a colheita da mandioca. Nos engenhos mais pobres, a família costumava morar no mesmo galpão, numa tipologia híbrida de casa e trabalho, mas nem sempre as peças do engenho estavam em funcionamento. Havia carpinteiros de engenho, que fabricavam as peças de madeira. Há um vasto folclore de lendas de bruxas e criaturas fantásticas, às vezes associadas às peças do engenho.

A Ilha dos Açores foi colonizada sessenta anos antes do Brasil, em 1686, num contexto de vazio demográfico das ilhas, colonização que redundou em simples transferência de população. O habitat do açoriano se diferenciou do de Portugal pelo isolamento geográfico, mantendo uma estrutura conservadora, não assimilando a modernização que chegou ao continente (WEIMER, 2005). A imigração de açorianos para o Sul do Brasil inicia-se com um edital ultra-marino de 1746. Quando os imigrantes europeus que se instalam nas outras regiões da costa continental, a partir de 1823, no I Império, vindos de países como Itália, Alemanha, Polônia, Ucrânia, Áustria, Grécia países onde estava envolvidos na revolução industrial, trazem consigo a experiência e o pensamento capitalista moderno, e o contato com novas máquinas e formas de organização do trabalho.

Engenho e máquina

Quando o europeu chegou à Ilha de Santa Catarina encontrou-a habitada pelos Carijós, um braço da família Guarani que se espalha pelo litoral do Brasil. Os viajantes do século XVI relatam vários encontros com esses povos. Com o passar dos anos e com a freqüência dessas “visitas” eles passam a não ser mais reconhecidos entre as gentes que habitam o local. O fato de os

guaranis serem semi-nômades fazia com que eles mudassem com muita facilidade de lugar quando se sentiam incomodados, e provavelmente é o que deve ter acontecido quando perdeu a graça a presença do homem branco nas terras em que habitavam. Na divisão do trabalho da tribo cabia às mulheres as tarefas domésticas e a agricultura. Aos homens cabia o artesanato, a caça, a coleta e a guerra. Essas mulheres foram as que guardaram os segredos do cultivo da mandioca, que foram passados aos conquistadores logo que se estabeleceram na Ilha junto aos índios. Para os Carijós o cultivo do solo fraco se baseava na prática da coivara, que era a queimada do mato para que ele ficasse forte, e então apto para agricultura. Depois de alguns anos, quando o solo novamente estava desgastado, a tribo mudava de lugar, buscando novas terras. Esse ciclo milenar, associado ao nomadismo guarani, garantia a rotação das terras evitando o desgaste definitivo. Com a raiz da mandioca, preparavam a farinha, que, desidratada, permitia uma vida útil mais longa, podendo ser armazenada para o consumo durante a estação fria. Esses dois costumes, a coivara e a produção da farinha da mandioca, o colonizador açoriano herdou do indígena original.



Ilustração 2: Ralador indígena (fonte: PEREIRA, 1992).



Ilustração 3: Ralador movido à boi (fonte: autor).

Nessa altura aparece o engenho, misto da tecnologia indígena da fabricação da mandioca com o conhecimento mecânico ocidental. Mecanismos de engenho são conhecidos há muito tempo na cultura do ocidente, desde o Egito pelo menos, e a nomenclatura das peças do engenho tradicional deixa clara a influência árabe: alambique, almanjarra. O colonizador açoriano tentou desenvolver aqui as lavouras de trigo e de linho cânhamo, tradicionais nos Açores, empreitada na qual não foi bem sucedido, devido às diferenças de clima, solo e relevo. É interessante lembrar que o linho cânhamo é a *cannabis sativa*, a popular maconha, que era usada para fabricar tecidos finos, entre outros usos, no que reparou Saint-Hilaire a ponto de citar a beleza e asseamento dos trajes das mulheres do campo. O trigo foi substituído pela mandioca, e o linho pelo algodão. E com eles os métodos de moenda foram adaptados para a ralagem da mandioca. No Brasil se utilizava a roda para ralar mandioca “chamarrita” ou de “pouca pressa”. Do Nordeste até o Paraná o espaço onde se trabalha a mandioca era chamado de casa de farinha (ilustração 4). O que aconteceu aqui foi a criação do galpão contendo a máquina do engenho (ilustração 5), fechado e coberto, que abrigava uma “roda-mestra” movimentada geralmente por vacas, ou então por água, que transmitia o movimento através de “rodetes” fazendo funcionar a “roda sevadeira” de um lado, onde se rala a mandioca, e do outro a “espanadeira” que movimenta a farinha já prensada e seca no forno para que não queime, até torrará-la. Esse mecanismo híbrido, filho do pensamento cartesiano europeu com a agricultura nômade indígena, neto dos mouros, egípcios e aruaques, é que organizou o modo de vida do colono açoriano por mais de dois séculos.



Ilustração 4: Casa de farinha (fonte: PEREIRA, 1992).

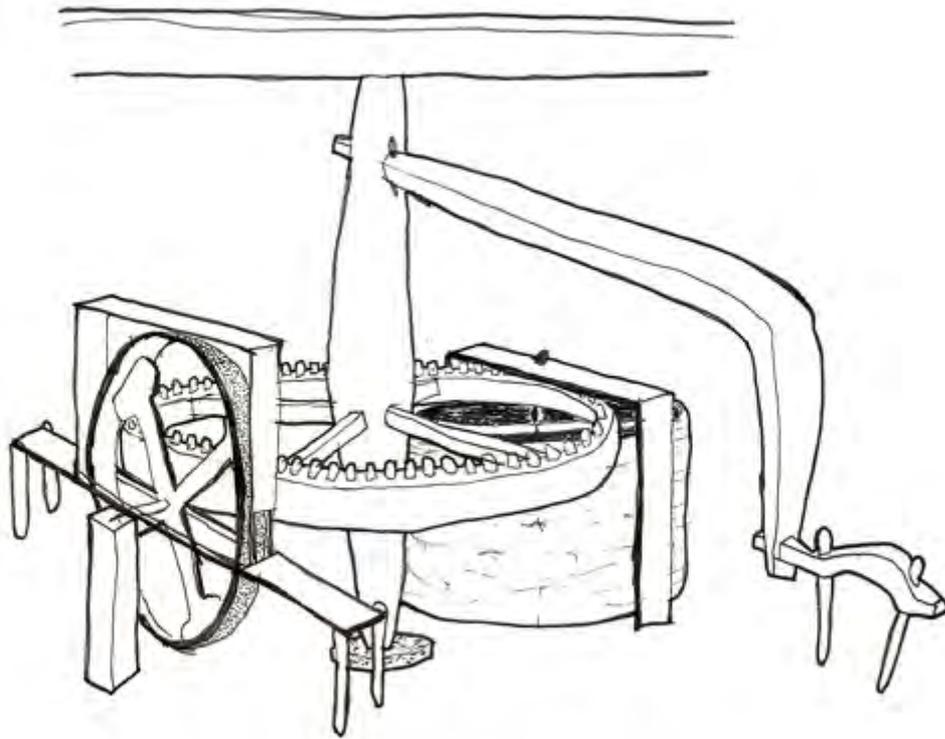


Ilustração 5: Mecanismo de engenho tocado à boi (fonte: autor).

Engels nos diz que o trabalho criou o homem. Que o homem só é homem, e, portanto, distinto dos outros animais, pela sua capacidade de modificar a realidade. Modificando a realidade o homem confirma a si mesmo enquanto homem e escreve a sua história. Podem-se reconhecer a história dos homens por suas fábricas (FLUSSER, 1991). Flusser divide a história da fabricação em quatro etapas: a das mãos, a das ferramentas, a das máquinas e a da eletrônica. A cada uma dessas épocas corresponde um tipo de homem, e uma situação topológica. O homem-ferramenta está protegido e preso pela cultura. Ele não mais pode voltar a ser o homem-mão, que era livre. Pouco se sabe sobre essa primeira Revolução Industrial, a passagem da mão à ferramenta. Já a passagem da ferramenta à máquina aconteceu a pouco mais de duzentos anos com a segunda revolução industrial. O homem-ferramenta ocupava o centro do espaço e estava rodeado por suas ferramentas. Se acontecesse de alguma falhar, quebrar ou desgastar-se pelo uso o homem-ferramenta a substitui por outra e continua seu trabalho. Já com o homem-máquina isso tem que mudar, a máquina ocupa agora o centro do espaço, e o homem pode ser trocado por outro, no caso de morte, doença ou cansaço.

O caso dos engenhos é o caso da substituição da tradição da ferramenta, a do indígena, pela da máquina, do colono europeu. Quando o indígena era homem-mão era nômade, vivia da caça e coleta, morando em tocas escavadas na terra. Não existia um lugar específico para a vida: esse lugar era todo lugar. Com o desenvolvimento da agricultura o homem precisou fixar lugares no

mundo: a roça, a aldeia, o espaço de fabricar farinha. Mas esses espaços ainda eram nômades, na medida em que era o homem (ou a mulher no caso dos guaranis) que ocupava o espaço central. Foi como homem-ferramenta que o europeu conheceu o indígena. O contato do homem açoriano, o homem do engenho, com a técnica do indígena na lida da farinha desenhou um novo espaço: o engenho. A fabricação da farinha espacializou-se num lugar específico e singular. “Já que a máquina deve estar situada no meio, devido ao fato de durar mais e de ter maior valor que o homem, a arquitetura humana terá que se submeter à arquitetura das máquinas” (FLUSSER, 1991:39/40).

Os Engenhos da Ilha de Santa Catarina

A palavra engenho, aqui, foi associada à ralagem, secagem e torra da farinha da mandioca. O engenho de cachaça geralmente é chamado de alambique, e costuma estar associado ao de farinha. No Sertão do Peri há o registro de um que possuía também serraria. Os diversos tipos de trabalhos espacializam-se ao redor do motor.

Sabe-se que nas famílias mais pobres o próprio galpão do engenho serviu de moradia. Isso era feito de modo que a vida diária não atrapalhasse o ritmo e o fluxo da produção. Com o passar do tempo os lucros da produção eram empregados nas melhorias da casa, mas dificilmente em melhorias no sistema de produção, fator que contribuiu para a falta de competitividade dos engenhos com o advento da industrialização. Primeiro se construía um anexo ao engenho onde estavam os quartos, se possível de tijolos. A cozinha continuava junto ao galpão do engenho, e esse é o caso do engenho do Seu Chico, engenho que conserva ainda sua estrutura física, no Sertão do Peri. Depois podia-se construir uma casa separada do engenho, e assim costumava ser com as famílias mais abastadas, e nas áreas urbanas.

O engenho de farinha de mandioca esteve presente em quase todas as propriedades, pois facilitava imensamente a lida com a mandioca, que foi o alimento, junto com o peixe tirado do mar, que manteve a ilha por tantos anos. A mão-de-obra era familiar, e o trabalho organizado de maneira mais simples e menos dividido do que no engenho do Nordeste. A construção também era muito menor, e o maquinário menor e mais lento. A capela ou a Igreja aqui está apartada do engenho. Ela está localizada em local público, geralmente nas freguesias, e, entre outras funções, serve de equipamento de socialização para os colonos.

Os estabelecimentos de produção de cachaça possuem uma tipologia que os diferencia dos de farinha. Apresenta-se um corte aproveitando a inclinação natural do terreno no qual se estabelecem duas seções sob o mesmo teto com uma diferença de cota de 1,50m. Esse detalhe permite a transmissão do caldo da cana para as caldeiras pela força da gravidade, facilitando o

trabalho. Também permitiu a separação de ambientes sem necessidade de paredes. No muro de contenção utilizava-se alvenaria de pedras de junta seca. O chão batido foi o tipo de piso predominante nos engenhos, tanto das famílias mais abastadas quanto das mais pobres, e destas também caracterizava as casas. As famílias mais pobres geralmente tinham morada no mesmo galpão do engenho, ficando a cozinha com o fogão a lenha num canto do rancho de modo a não atrapalhar o processo produtivo.

Nas áreas rurais eram construídos de pau-a-pique com cobertura de fibras vegetais, nas áreas urbanizadas ocorria a utilização de telhas de barro de capa e canal. Só a partir dos anos 50 generalizou-se a utilização de tijolos de barro e ou tábuas para as vedações e telhado de duas águas com telhas capa e canal no ambiente rural. Com o passar dos anos e as sucessivas reformas nos engenhos que se mantiveram em atividade aconteceu um hibridismo entre as técnicas antigas e atuais, mas era possível, até os anos 90 pelo menos, encontrarem-se exemplares construídos segundo a técnica tradicional do pau-a-pique e sua evolução imediata, o tabique.

Quando a parede era de pau-a-pique, utilizavam-se pilares de pedra e esteios roliços de madeira, e, mais freqüentemente, pilares de tijolos como estrutura. As vigas que sustentavam o telhado eram paus roliços na forma como eram retirados no mato e os caibros e ripas eram conseguidos com o lascamento contínuo da madeira com machado ou facão. A utilização da madeira obedecia a certo rigores de peso, largura e comprimento, podendo ser utilizada para uma ou outra atividade em virtude disso, e de acordo com o que se podia encontrar no mato, mas que supria a necessidade do homem do sertão até a instalação do parque e a proibição da retirada de madeiras.

Exemplos

No lado da Costa de Dentro de Cima estão os alambiques dos irmãos Bento e Zeca. O alambique de Bento foi herdado do Pai e compreende também um engenho de Farinha. Esse raro tipo de engenho funciona de uma maneira diversa do tipo mais comum. É um engenho de cangalha, onde um jogo de engrenagens transporta a energia do movimento do boi para as partes do engenho, estando localizados o caminho do boi e a moenda e ambientes distintos. Um famoso bar da cidade, o Bar do Arantes, do qual é proprietário um historiador, compra a maior parte da produção de Bento.



Ilustração 6: Bento à frente de seu Engenho e Alambique; e perspectiva geral do conjunto, com casas, engenho e garagem (fonte: autor).

O alambique do Zeca foi contruído nos anos 70 pelo próprio e utiliza a configuração tradicional do engenho com materiais contemporâneos, como o bloco de concreto estrutural. É um caso interessante de preservação da técnica e sua espacialização, adaptado à realidade contemporânea. Chico e Bento ainda produzem a cachaça artesanal, que vendem para os turistas e apreciadores que o visitam, e para bares da região.



Ilustração 7: Ao fundo o engenho, em primeiro plano a casa de Seu Zeca; Seu Zeca lidando com a cachaça, detalhe do muro de contenção no engenho feito com materiais modernos (fonte: autor).

O antigo engenho do Seu Chico está localizado no Sertão dos Indaiás, pegando-se à esquerda na entrada que vem do Ribeirão, antes de se chegar ao centrinho do Sertão, e depois uma trilha de dois ou três quilômetros. Ali, Chico manteve o último engenho tocado a boi da região, e ficou conhecido na cidade, pela sua personalidade de asceta e pela sua cachaça. Em 1996 Seu Chico foi brutalmente assassinado em seu próprio engenho, por alguém que diziam conhecê-lo, pois sua comida havia sido comida e os cães estavam soltos. Seu cadáver foi encontrado alguns dias depois, sob uma pilha de objetos, com marcas de facão no pescoço e dois tiros. Existe um longa-metragem que registra o dia-a-dia de Seu Chico no engenho chamado “Seu Chico: um retrato”. Atualmente o seu engenho preserva o entorno, a construção e as peças do engenho, embora o capacete de barro do destilador de cachaça esteja destruído e o sítio semi-abandonado, com os

irmãos de Chico fazendo uma manutenção esporádica.

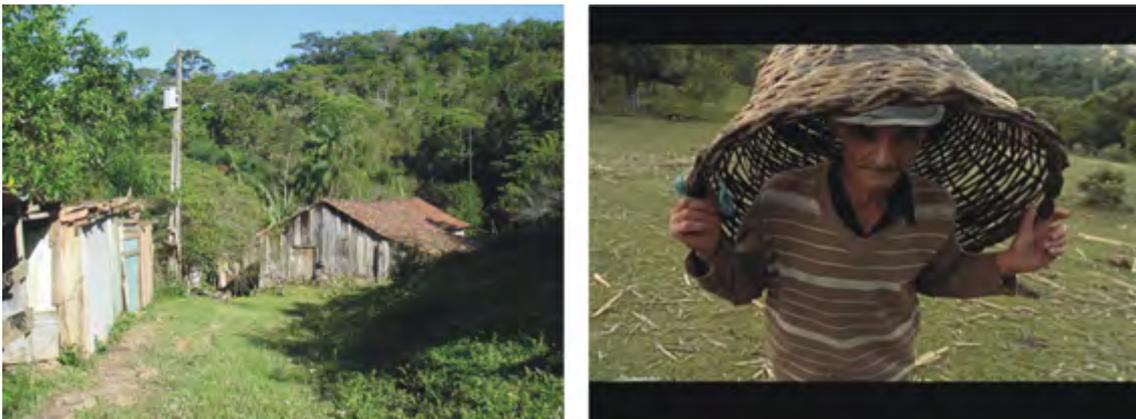


Ilustração 8: Engenho do Seu Chico, atualmente fechado; imagem do filme Seu Chico, um retrato.

Existem pelo menos mais dois engenhos nos quais eu não tive a oportunidade de entrar. Um, no centrinho, que pude observar apenas pelo lado de fora, de madeira, e outro no final da rua do bar, sobre o qual só ouvi relatos.

Ruínas/Documentos

Além disso, existe uma série de ruínas de engenhos espalhadas pelo mato e pelas propriedades, que constituem fartos registros da conformação histórica desta estrutura, sua construção e relação com o ambiente. Essas ruínas foram alvo de um levantamento feito pelo historiador Osvaldo Paulino da Silva no livro *Arqueologia dos Engenhos de Santa Catarina*.

O engenho de farinha representa um documento icônico da época do Brasil colônia. É um testemunho histórico importante da relação do colono com a terra e com a sociedade, e importante como paradigma, numa época em que a divisão do trabalho era marcada pelo uso de escravos e o parcelamento da terra por enormes latifúndios, onde o motivo do trabalho era o mercado externo, partindo de fora de si mesmo a necessidade da empreitada. Num país colonizado onde nunca aconteceu uma reforma agrária, que carrega a mesma estrutura fundiária da época da Colônia, esse paradigma pode representar muito em relação ao parcelamento do solo no campo. O desenho do latifúndio ainda é presente, e avoluma-se, com a produção em larga escala e a cooptação dos pequenos produtores, que passam a produzir monoculturas seguindo os padrões e procedimentos de produção dos laboratórios das grandes empresas.

Ao mesmo tempo as populações tradicionais, ONG's, agricultores e órgãos do governo se organizam, tentando criar novas redes de produção e distribuição de produtos, lutando pelo acesso à terra, e pesquisando tecnologias locais de produção menos agressivas à natureza e às pessoas. O significado dessa luta é enorme, sendo que o problema urbano do Brasil nasceu do

êxodo rural, quando milhões de pessoas deixaram o campo indo morar nas grandes cidades, fazendo da favela uma extensão do campo. O Brasil não tem nenhum programa de reassentamento de agricultores; e a questão do campo é tratada com acanhamento. O pensamento parece ser o de que o campo é infinito. A lembrança do engenho remete a formação da paisagem rural brasileira.

Referências

ARGAN, Giulio C.: Arquitetura e Cultura. In: ARGAN, Giulio C.: **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005 (original 1984).

CAMPOS, Nazareno José de: **Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC Ed./Ed. da UFSC, 1991.

ENGELS, Friedrich: **Dialéctica da natureza**. Portugal: Presença, 1974 (original 1876).

FLUSSER, Vilém: A Fábrica. In: FLUSSER, Vilém: **O Mundo Codificado**. São Paulo: Cosac Naify, 2007 (original 1991).

PEREIRA, Nereu do Vale: **Etnografia Catarinense**. Florianópolis: Editora Fundação Cultural Açorianista, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio: **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004 (original 1970).

SILVA, Osvaldo Paulino da: **Arqueologia dos Engenhos de Santa Catarina**. Erechim, RS: Habilis, 2007.

VEIGA, Eliane Veras da: **Florianópolis Memória Urbana**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008.

WEIMER, Günter: **Arquitetura Popular Brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.